



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 33/2021

Período: 11/09/2021 - 17/09/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Repercussões do 7 de setembro I: “Declaração à Nação” de Bolsonaro e o posicionamento de jornais, militares e especialistas
- 2- Repercussões do 7 de setembro II: manifestantes com uniformes militares participaram de manifestações
- 3- Repercussões do 7 de setembro III: entrevistas abordaram funcionamento da democracia brasileira
- 4- Jornalistas relembram a Campanha da Legalidade e traçaram paralelos com a atualidade
- 5- Arquiteto revela a importância da fotografia na retórica da ditadura militar e nos eventos de 7 de setembro
- 6- Jornalistas relembram o cenário político ditatorial
- 7- Colunista homenageou centenário de Dom Paulo Evaristo Arns
- 8- Vice-presidente da República cumpriu agenda extraoficial
- 9- Jornais discutiram o perfil do general Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura
- 10- Revista militar criticou o salário do general Silva e Luna, presidente da Petrobras
- 11- Operação Acolhida lida com números altos de refugiados venezuelanos na fronteira norte do Brasil
- 12- Editorial lembrou participação das Forças Armadas no processo eleitoral
- 13- Ex-deputado federal comentou sobre militares no governo Bolsonaro
- 14- Queda de avião da FAB causa atrasos aéreos e incêndio florestal
- 15- Lei antiterrorismo foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados
- 16- Historiador avaliou discussões sobre nova lei antiterrorismo
- 17- Quarentena eleitoral para magistrados, militares e policiais foi resgatada pela Câmara dos Deputados
- 18- Ex-porta-voz da presidência da República comentou o cenário político do país
- 19- Congressistas americanos buscam dificultar cooperação militar com o Brasil
- 20- Segundo relatório, exportações de armas cresceram durante governo Bolsonaro

1- Repercussões do 7 de setembro I: “Declaração à Nação” de Bolsonaro e o posicionamento de jornais, militares e especialistas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a “Declaração à Nação”, divulgada no dia 09/09/21 pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, teve o objetivo de evitar a perda de aliados no Congresso Nacional após críticas da base aliada aos seus discursos nos atos do dia 07/09/21. Na avaliação do periódico *O Estado de S. Paulo*, a nota decepcionou os apoiadores do presidente, porém a estratégia do governo foi justificar que se tratou de uma estratégia, não de um recuo. Em editorial, a *Folha* classificou a “Declaração à Nação” como um “recuo cínico” e afirmou que a ação foi necessária para conter o agravamento do isolamento político do mandatário e garantir sua sobrevivência política, uma vez que Bolsonaro havia ameaçado o Supremo Tribunal Federal (STF), insultado o ministro Alexandre de Moraes, pregado a desobediência à justiça e anunciado que só deixa o cargo morto. De acordo com o editorial, na “Declaração” o presidente afirmou que não teve “nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes”. O *Estado*, também em editorial, ponderou que as palavras de Bolsonaro nada valem e que não há expectativa de que o presidente, que age de maneira truculenta, passe a agir de forma civilizada. Por isso, na prática, para o periódico, a nota divulgada pelo presidente é uma tentativa de fazer os brasileiros esquecerem os crimes de responsabilidades que ele cometeu ao passo que oculta sua incompetência. A *Folha* e o *Estado* noticiaram que os generais Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Gabinete de Segurança Institucional, defenderam e elogiaram o presidente. Ramos, no Twitter, pediu paciência aos apoiadores, enquanto Heleno ao mesmo tempo que reconhecia o desânimo dos bolsonaristas, pediu união e confiança. Já o periódico *Correio Braziliense* apontou que o vice-Presidente da República, general Hamilton Mourão, elogiou o recuo das críticas de Bolsonaro STF, avaliando que o mesmo teve a grandeza moral de entender e escrever que os comentários sobre o STF foram causados pela “emoção” e o “calor da disputa”. Ademais, de acordo com a reportagem, Mourão afirmou que vê um caminho de diálogo entre os poderes judiciário e executivo e que isso diminuirá a tensão no país. Já em coluna opinativa à *Folha*, o escritor e cientista político Sérgio Abranches comentou que a “nota de recuo não vai mudar caminho de Bolsonaro rumo ao golpe”. Para Abranches, o que foi afirmado na “Declaração à Nação” não altera a escolha do presidente de distribuir e cultivar o apoio militar com o objetivo de assegurar sua posição no poder. Pelo contrário, Bolsonaro, na visão do cientista político, não se contentou com “o título de comandante em chefe das Forças Armadas” e não será desviado do seu “caminho [...] rumo ao autoritarismo”. (*Correio Braziliense* - Política - 11/09/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 11/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 11/09/21; *Folha de S. Paulo* - Ilustríssima - 12/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 11/09/21)

2- Repercussões do 7 de setembro II: manifestantes com uniformes militares participaram de manifestações

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, as manifestações do dia 7 de setembro e dos dois dias seguintes em Brasília contaram com a presença de grupos utilizando uniformes militares. Segundo a reportagem, parte desses grupos, que buscava se vestir e comportar como militares, tentou romper as

barreiras que impediam o acesso ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional. A *Folha* também mencionou que não era possível identificar se eram militares da reserva, civis ou paramilitares. No entanto, o jornal esclareceu que o uso de vestimentas e equipamentos militares com o intuito de enganar a terceiros caracteriza crime, resultando em penas de seis meses a um ano de prisão. Paralelamente, a participação de militares da ativa nas manifestações, mesmo que à paisana, estava proibida. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21)

3- Repercussões do 7 de setembro III: entrevistas abordaram funcionamento da democracia brasileira

No contexto dos atos e falas antidemocráticos do 7 de setembro, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, Pedro Abramovay, doutor em ciência política e diretor da Open Society Foundations para América Latina e Caribe, considerou que a responsabilização de Jair Bolsonaro via impeachment ou processo na Procuradoria Geral da República (PRG) é fundamental para o bom funcionamento da democracia brasileira. Segundo o entrevistado, com o atual presidente, está em processo a “desconsolidação da jovem democracia brasileira”, enquanto que as ameaças antidemocráticas ganharam apoio popular e devem perdurar por décadas. Abramovay afirmou também que o país está diante de um grande desafio para preservar a democracia enquanto enfrenta o aumento da miséria e da desigualdade, além da questão ambiental. Em outra entrevista também concedida à *Folha*, a cientista política e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Daniela Campello, foi questionada se as ameaças à democracia no Brasil vindas do presidente da República, Jair Bolsonaro, “estão sendo subestimadas”. Em resposta, Campello disse que há uma falta de visão nesse tema, implicando que as ameaças por si só - mesmo não concretizadas - já causam danos na democracia brasileira. Para ela, desde a posse de Bolsonaro em 2019, “uma série de cálculos políticos” inéditos passaram a acontecer onde se implicava a possibilidade de uma ruptura institucional, algo que não ocorria na “nossa democracia pré-Bolsonaro”. Nisso, Campello ressaltou que o “nível de destruição institucional” e de “ameaça democrática” já atingidos só foram possíveis por uma credulidade de que eventualmente os militares pudessem se aliar a Bolsonaro em seus planos golpistas. Na avaliação da cientista política, a simples inclusão dessa possibilidade durante a tomada de decisão política já é problemático, mesmo que as instituições ainda permaneçam: “ameaças podem nunca acontecer, mas ele [Bolsonaro] consegue avançar com seus projetos a partir delas”. Um exemplo dado por Campello foi o caso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que indicou um membro das Forças Armadas para acompanhar a transparência das eleições, algo lido pela cientista política como “uma resposta às ameaças do presidente”. Além disso, quando questionada sobre a presença de militares em cargos e posições políticas no governo e como isso se associa à crise política atual, Campello disse considerar a situação “uma tragédia”, ressaltando que a situação começou após o encerramento da participação de militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), até um fortalecimento maior no governo Michel Temer (2016-2018), quando os militares se firmaram como um “ator político”. Para a professora, é “extremamente preocupante” o acompanhamento

das eleições por militares e suas declarações opinativas sobre o sistema eleitoral e orçamento, além da sua participação decisória na política de saúde. Para ela, essa ascensão militar na política era impensável em 2016 e “foi uma das grandes perdas de qualidade democrática” que ocorreu durante o governo Bolsonaro. Além disso, Campello também disse estar preocupada com as ameaças implícitas de Bolsonaro de que os militares estariam juntos a ele em caso de uma ruptura democrática. Para a professora, dever-se-ia haver maiores e mais vocais manifestações das Forças Armadas negando tal posição, optando no lugar por um “não posicionamento” que sugere algum grau de possibilidade de alinhamento golpista. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/09/21)

4- Jornalistas relembram a Campanha da Legalidade e traçaram paralelos com a atualidade

Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, Flávio Tavares, ex-editor e repórter do jornal *Última Hora*, afirmou que se não fosse pela Campanha da Legalidade, organizada por Leonel Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, a ditadura teria se instaurado em 1961. Tavares, que era próximo a Brizola, contou como o governador gaúcho organizou a resistência à tentativa de golpe em 1961 e concluiu afirmando que um dos legados da ditadura é a simulação de democracia em que vivemos, na qual se acredita que ela se consagra apenas pelo voto direto. Enquanto que na realidade, a eleição direta, para Tavares, é apenas o início da democratização. Também em entrevista à *Folha*, o escritor, jornalista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Juremir Machado da Silva, narrou e avaliou a Campanha da Legalidade em prol da posse de João Goulart (Jango), em 1961, e o importante e imprescindível papel de Brizola no processo. O jornalista acredita que na época a população brasileira era mais politizada e, mesmo com uma grande camada analfabeta, inviabilizando os jornais impressos, a população era atenta ao meio de comunicação mais acessível da época, o rádio, o que Brizola entendeu e empregou na campanha. Em sua avaliação, na época, os militares não formavam uma opinião hegemônica, e os sargentos discordavam de generais. As alas mais céticas à posse de Goulart estavam assombradas pelo contexto de Guerra Fria, temendo o comunismo e uma possível transformação do Brasil em um “Cubão”, como o professor caracteriza. Já no contexto atual, Machado acredita ser muito difícil ocorrer algo como na época, pois demandaria de muita precisão para o êxito. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo – Poder – 14/09/21)

5- Arquiteto revela a importância da fotografia na retórica da ditadura militar e nos eventos de 7 de setembro

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o arquiteto e fotógrafo Ciro Miguel abordou a importância da fotografia nas demonstrações de força no pré-golpe de 1964. De acordo com Miguel, a criação de uma “retórica visual militar” meses antes do golpe de 1964 se relevou de “grande carga simbólica”: o voo e a aterrissagem de paraquedistas do Exército em frente ao prédio do Congresso Nacional enquanto o presidente João Goulart ameaçava o acionamento do estado de sítio não foi mera coincidência, mas sim uma demonstração de que “o

poder [a partir daquele momento] vinha de cima”. De modo similar, a preocupação do presidente Jair Bolsonaro com as fotografias de 7 de setembro de 2021 refletem, segundo Miguel, “o reconhecimento do poder simbólico e instrumental” da fotografia e de sua disseminação. Para o arquiteto, a tentativa, por parte do presidente, de recriar “imagens de tanques de guerra em ruas desertas” antes e durante o dia 07/09/21 remete ao período do pré-golpe de 1964, no qual as fotografias da capital do país, divulgadas pelos militares, revelavam-na como uma “cidade-monumento, vazia, autoritária e desumana”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/09/21)

6- Jornalistas relembram o cenário político ditatorial

Em coluna ao periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf relembrou o confronto ocorrido em 12 de outubro de 1977 em consequência da exoneração do ministro do Exército, Sylvio Frota, por parte do general Ernesto Geisel. O ministro era abertamente contra o processo de abertura da política brasileira e no embate entre grupos defensores da ditadura e aqueles favoráveis à abertura do regime, Geisel venceu e exonerou o ministro. O ocorrido abriu caminho para a eleição de João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1979. No entanto, segundo Stumpf, os defensores da ditadura continuaram a existir e entre eles está o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, que inclusive é contrário à anistia e admirador de torturadores do período. O jornalista caracterizou o presidente como alguém que “gosta de poder”, que usa de seus seguidores para legitimar suas pautas, representando um perigo à democracia e ao povo brasileiro, podendo nos levar a uma nova ditadura. Do seu ponto de vista, o presidente “moldou o governo à sua feição”: bajulou a polícia militar, interferiu no comando das Forças Armadas, exigindo “absoluta e inquestionável” lealdade, promoveu até mesmo um “ridículo desfile de veículos militares fumacentos”. Na avaliação de Stumpf, as manifestações ocorridas no 7 de setembro foram uma tentativa de reverter o evento de 43 anos atrás, pois o presidente não aceita a democracia. Ao mesmo periódico, o também jornalista Irlam Rocha Lima saudou os artistas que viveram no período da ditadura militar (1964-1985) e mesmo em contexto de constante perseguição e censura não deixaram de se expressar e propagar sua arte, com composições que muitas vezes confrontavam o regime, citando artistas como Zé Keti com “Opnião”, Caetano Veloso com “É proibido proibir”, Geraldo Vandré com “pra não dizer que não falei das flores”, e por fim Chico Buarque com “Apesar de você”, que foi proibida de tocar no governo de Emílio Garrastazu Médici, e que para o jornalista, se mantém atual “em tempos tão sombrios”. (*Correio Braziliense – Opinião – 14/09/21; Correio Braziliense – Opinião – 14/09/21*)

7- Colunista homenageou centenário de Dom Paulo Evaristo Arns

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Juca Kfourri rememorou o centenário do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, figura que marcou a oposição à ditadura militar (1964-1985) e “sobrevive como exemplo dos direitos humanos”. Dom Paulo, que morreu em 2016, participava de manifestações durante a ditadura militar e servia como estímulo ao comparecimento daqueles que o conheciam, pois sua presença “garantia segurança, de que haveria respeito”. Enfrentava o autoritarismo de peito aberto,

e foi lembrado pelo jornalista como um “tipo inesquecível”, que “Com sua voz baixa e firme exalava coragem, afeto e paz”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 14/09/21)

8- Vice-presidente da República cumpriu agenda extraoficial

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, montou sua própria “agenda paralela” com políticos da oposição, diplomatas e empresários. Desde o “afastamento” entre presidente e vice, Mourão recebeu congressistas e magistrados em seu gabinete de forma extraoficial, com destaque para políticos do chamado “Centrão”. Além das reuniões em gabinete, o general também participou de eventos e embarcou em comitivas internacionais sem registrá-las oficialmente em sua agenda. Ao ser contatado pelo jornal, o vice-presidente, no entanto, decidiu não se pronunciar sobre os encontros fora da agenda e seus planos políticos. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 12/09/21)

9- Jornais discutiram o perfil do general Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura

Matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* discutiram o futuro e os trabalhos do general Tarcísio Gomes de Freitas, atual ministro da Infraestrutura do governo de Jair Bolsonaro. O militar, formado na Academia Militar das Agulhas Negras, é natural do Rio de Janeiro e seguiu carreira no Exército, nunca tendo concorrido para cargos públicos eletivos, apesar de ter ocupado posições nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Ao longo de sua passagem na chefia do Ministério da Infraestrutura, Tarcísio mostrou-se próximo de Bolsonaro, sendo “prestigiado” por ele e ganhando popularidade nas redes sociais. Além disso, por gerir a principal pasta responsável por obras públicas, com R\$ 100 bilhões em investimentos e planos de outros R\$160 bilhões até o fim de 2022, foi capaz de acumular capital político entre simpatizantes do governo, tornando-se um “garoto-propaganda” de Bolsonaro. Na avaliação da *Folha*, Tarcísio recentemente assumiu “um discurso abertamente público em defesa do governo”, relembrando uma declaração de Bolsonaro em Alagoas que disse ter um “namoro” com o ministro. Um fator lembrado pelo *Estado* e pelo *Correio* foi sua presença nas viagens feitas por Bolsonaro em busca de apoio, incluindo os atos de 7 de setembro de 2021, nos quais Tarcísio disse “vamos lutar pela nossa liberdade, pela liberdade de empreender, de prosperar, de vencer”. Outro episódio ocorreu no dia 09/09/21, quando o militar foi um dos principais articuladores da desmobilização dos bloqueios que caminhoneiros estavam fazendo nas rodovias federais. De acordo com a *Folha*, essa relação entre Tarcísio e Bolsonaro fez com que o ministro, bem visto por lideranças parlamentares, passasse a ser alvo de críticas e ataques. Recentemente, ele passou a ser cotado, inclusive pelo presidente, como um possível candidato para o governo estadual de São Paulo. A respeito desses planos para o futuro, em uma entrevista concedida ao Estadão/Broadcast, Tarcísio disse que ainda não tem certeza, implicando que também pode concorrer por uma vaga no Congresso Nacional, como uma cadeira no Senado Federal por Goiás ou Mato Grosso. Além dessas Unidades Federativas, a *Folha* afirmou que a cadeira do

Distrito Federal também foi cotada por Tarcísio, mas ele acabou desistindo pela concorrência com a deputada federal Flávia Carolina “Arruda” Péres. Nisso, o *Estado* apontou que o Senado é onde o presidente Bolsonaro “tem sofrido sucessivas derrotas” e onde, segundo a *Folha*, há planos de rejeição dos projetos infraestruturais almejados pelo ministro e presidente. Ao mesmo tempo, o ministro também ressaltou sua lealdade a Bolsonaro nas eleições de 2022: “vou caminhar junto com o presidente”, além de afirmar que sua escolha de candidatura dependerá daquela que “ajudar mais o presidente”. Consonantemente, a *Folha* apontou que Bolsonaro tem pedido para que Tarcísio seja uma pessoa mais midiática, com presença em rádios e entrevistas. Na mesma entrevista ao Estadão/Broadcast, Tarcísio defendeu seu chefe quando questionado sobre a radicalização de seu discurso e disse querer “continuidade”, ao que os jornais implicaram um “projeto” de reeleição de Bolsonaro. Caso eleito ao Senado em 2022, Tarcísio poderá se licenciar de sua cadeira no Senado e, assim, reassumir a gerência do Ministério da Infraestrutura. (Correio Braziliense - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 13/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/09/21)

10- Revista militar criticou o salário do general Silva e Luna, presidente da Petrobras

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um artigo publicado pela Revista Sociedade Militar no dia 10/09/21 questionou a remuneração mensal do presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, a qual está acima de R\$ 200 mil. Na publicação, a Revista questionou “a necessidade e se é realmente ético se pagar um salário tão alto a um funcionário de uma empresa que pertence à sociedade”, referindo-se ao status público da Petrobras, e ressaltou que tal cifra equivale ao pagamento de mais de 230 trabalhadores juntos. A Revista usou uma reportagem da *Folha* que afirmava que os militares no comando de estatais estão sendo remunerados entre R\$43 mil e R\$260 mil mensalmente, sendo a remuneração de Silva e Luna uma das mais altas. No caso específico do presidente, ele recebe R\$ 32,2 mil brutos por ser um militar na reserva e no topo da hierarquia, na Petrobras, segundo um formulário da estatal aos investidores, a sua remuneração média mensal chega a R\$228,2 mil, baseando-se nos ganhos fixos e variáveis referentes ao ano de 2020. Além disso, o artigo também referenciou Silva e Luna de forma crítica, ressaltando como sua gestão na Petrobras não conseguiu impedir a alta nos preços do gás de cozinha e da gasolina: “infelizmente, sob o comando dos fardados a estatal não tem prosperado em sua função de servir à sociedade”. Sobre essa alta, Silva e Luna já publicou coluna opinativa no início de setembro no jornal *O Estado de S. Paulo* e no site da Petrobras para se defender, além de justificar a política de preços da estatal. Segundo a assessoria da empresa, o artigo de seu presidente não foi uma resposta às críticas propagadas no meio militar, mas sim direcionada ao consumidor. Por fim, a *Folha* relembrou que Silva e Luna, antes de presidir a Petrobras, foi diretor-geral de Itaipu, posição na qual mudou as regras de indenização e beneficiou os diretores com salários próximos de R\$150 mil, além de uma aplicação em 2019 dos bônus concedidos pela empresa que deu ao militar R\$221 mil. (Folha de S. Paulo - Mercado - 13/09/21)

11- Operação Acolhida lida com números altos de refugiados venezuelanos na fronteira norte do Brasil

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Pacaraima, cidade do estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela, enfrenta dificuldades para lidar com o alto número de refugiados. O município tem 18 mil habitantes e, de acordo com a matéria, está abrigando 4.015 refugiados, sendo que 2.065 deles estão em situação de desabrigo. Para hospedar os refugiados venezuelanos, o governo brasileiro promove a Operação Acolhida, sob a liderança do Exército. Em Pacaraima, a ação administra dois abrigos: o BV-8 e o Janokoida, o primeiro está atualmente hospedando 1.985 pessoas, tendo capacidade máxima para 2.000; e o segundo 497 indígenas, com capacidade para apenas 400. Segundo o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), esse excesso de pessoas em situação de desabrigo ocorre por dois motivos: a reabertura da fronteira Brasil-Venezuela depois de mais de um ano de fechamento por motivos sanitários - devido a pandemia de covid-19 - e o fato da Operação Acolhida estar trabalhando com equipes reduzidas, também devido ao vírus. Contudo, o Ministério da Casa Civil já apontou que tais equipes serão gradualmente aumentadas. A *Folha* também ressaltou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, usou a situação de Pacaraima para elogiar o acolhimento promovido pelo Brasil e criticar o governo venezuelano, pretendendo uma viagem a Roraima no dia 29/09/21. Além disso, o jornal ressaltou que a Secretaria de Comunicação do governo usou a Operação Acolhida para divulgar uma campanha nas redes sociais com o slogan “Operação Acolhida, o socialismo segrega, o Brasil acolhe”. (*Folha de S. Paulo - Mundo - 13/09/21*)

12- Editorial lembrou participação das Forças Armadas no processo eleitoral

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* comentou sobre a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro e, nisso, apontou os papéis que as Forças Armadas exercem ao longo do processo. Primeiramente, o periódico lembrou a formação da Comissão de Transparência das Eleições formada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que busca dar maior segurança a todas as etapas do pleito eleitoral. Nela, dentre outras pessoas, inclui-se o comandante de defesa cibernética do Exército, general Heber Garcia Portella, apontado pelo ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. Além disso, o TSE também renovou um contrato com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para “garantir a segurança das urnas”. Na visão do *Estado*, tais atitudes não são concessões “às chantagens” do presidente da República, Jair Bolsonaro - que já colocou em dúvida várias vezes a segurança das eleições -, sendo apenas “mais uma revisão periódica de sistema”, algo comum nas últimas três décadas, ressaltando que a Abin e o Exército já trabalharam antes no aperfeiçoamento da fiscalização eleitoral. Por fim, o *Estado* defendeu as eleições brasileiras administradas pelo TSE, criticou os questionamentos de Bolsonaro e ponderou que, apesar de ser impossível chegar a um sistema eletrônico perfeito, “ele pode e deve ser continuamente aperfeiçoado, e o TSE deu novos passos nessa direção”. (*O Estado de S. Paulo - Opinião - 13/09/21*)

13- Ex-deputado federal comentou sobre militares no governo Bolsonaro

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-deputado federal João Alberto Fraga comentou sobre os militares no governo do presidente da República Jair Bolsonaro. Ex-amigo pessoal do mandatário, Fraga o conhece desde os anos 1980, quando estudava na Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro. Anos depois, Fraga virou um coronel da Polícia Militar e, posteriormente, deputado federal, mantendo-se sempre próximo de Bolsonaro. A partir da pandemia de covid-19, quando sua esposa faleceu devido ao vírus e Bolsonaro manteve-se “insensível”, a relação dos dois começou a piorar. Em um momento da entrevista, Fraga disse que Bolsonaro “escolheu muito mal seus conselheiros”, afirmando que “um general aí” próximo ao presidente “está mais para puxar o saco do que para ser conselheiro de governo”. Nisso, Fraga ressaltou que um presidente da República necessita estar rodeado de pessoas mais sinceras, dispostas a dar os conselhos, mesmo que eles afrontem o chefe. Ademais, o ex-deputado federal também ressaltou que um general não iria questionar as atitudes do presidente mesmo que as julgasse problemáticas, devido ao fato do chefe do Executivo ser “o chefe supremo das Forças Armadas”. Em outro momento, Fraga referiu diretamente ao ex-ministro da Casa Civil e atual ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, afirmando que o militar “só diz ‘não, senhor’ e ‘sim, senhor’”, lembrando que, na época que comandava a Casa Civil, também coordenou o “orçamento secreto” em troca de apoio no Congresso Nacional. Por fim, Fraga completou que “o presidente precisa se cercar de pessoas com visão de política, que não pensem pequeno”, um questionamento direito a postura de Ramos perante Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/09/21)

14- Queda de avião da FAB causa atrasos aéreos e incêndio florestal

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) caiu na região de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, em decorrência de uma falha técnica. O piloto, único tripulante do avião, mudou o percurso assim que percebeu o problema e direcionou o avião a uma área desabitada, conseguindo se ejetar antes da queda. Ele recebeu atendimento médico e passa bem. O espaço aéreo precisou ser fechado por quase três horas, atrasando voos, inclusive um contendo 87.750 mil doses de vacinas da Pfizer. Devido a queda, o avião causou um incêndio florestal, agravado pelos ventos fortes na região. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/09/21)

15- Lei antiterrorismo foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a nova lei antiterrorismo foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. De autoria do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO), a proposta visa ampliar a repressão e punição a atos perigosos e destrutivos à vida humana ou infraestrutura essencial. O texto ainda engloba as ações que aparentam ter a intenção de “intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em

massa, assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência”. O projeto cria um braço sob supervisão do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. A matéria foi fortemente criticada por deputados e organizações de defesa aos direitos humanos, alegando que o texto contém uma definição demasiada aberta de terrorismo, de modo que movimentos sociais podem sofrer as consequências punitivas previstas na proposta. Além disso, aqueles que se opõem à proposta argumentam que o texto dá poderes inconstitucionais ao Executivo, ao criar uma espécie de polícia secreta e permitindo inclusive que os agentes antiterroristas possuam retaguarda jurídica caso utilizem força letal, dando-lhes autorização para matar, de acordo com o “excludente de ilicitude”. O Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu nota em que afirma que “Ao reduzir as sanções para agentes do Estado que ferirem ou matarem em legítima defesa, somado à amplitude do conceito do terrorismo, concederá uma espécie de licença para matar em caso de hipótese, ainda que vaga, de ameaça.”. Após a Comissão Especial, a proposta ainda necessita da aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para enfim ser pelo presidente da República. (Correio Braziliense - Política - 17/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/21)

16- Historiador avaliou discussões sobre nova lei antiterrorismo

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o historiador Guilherme France dissertou acerca das propostas de Lei antiterrorismo no Brasil e questionou a quem interessa uma nova legislação sobre o tema. Originalmente, a lei que data de 2016 buscou limitar abusos tais como uma definição muito ampla sobre o que é terrorismo e a autorização de medidas excepcionais para seu combate. No entanto, existem propostas de revisão dessa lei e, segundo France, uma delas foi apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro ainda quando era deputado, e versa sobre a dispensa de “autorização judicial para a adoção de medidas excepcionais”, além de atribuir o comando das respostas ao terrorismo “diretamente ao presidente da República, criando um sistema particular, mas oficial, de vigilância e segurança”. Outro ponto crítico elencado pelo historiador é o fato da Comissão de Segurança Pública ter aprovado projeto que amplia excessivamente a definição de terrorismo, assim como abre a possibilidade de criminalização de movimentos sociais. Na avaliação de France, a modificação da lei não interessa nem mesmo às forças armadas e policiais, responsáveis pela implementação da política antiterrorismo. Porém, pode interessar à extrema direita, que promove uma “lenta, mas contínua e incessante, degradação do Estado democrático de Direito brasileiro”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 14/09/21)

17- Quarentena eleitoral para magistrados, militares e policiais foi resgatada pela Câmara dos Deputados

Conforme os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 16/09/21, em articulação com o Centrão, os deputados finalizaram a votação do projeto do código eleitoral e incluíram a proposta de quarentena eleitoral de quatro anos para juízes, militares e policiais. Porém, a proposta sofreu diversos revezes ao longo do mês de setembro e acabou sendo votada com validade

apenas a partir de 2026. O texto ainda necessita da aprovação do Senado Federal e da ratificação do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o *Correio Braziliense*, Bolsonaro prometeu vetar a proposta de quarentena para militares, guardas municipais, juizes e procuradores que desejam concorrer em eleições. O presidente classificou a proposta como um “retrocesso” sem cabimento, de modo que estaria perseguindo as classes militares e alijando sua participação política. Sendo assim, prometeu vetá-la caso seja aprovada no Senado. Além disso, de acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária afirmou que tal mudança é inconstitucional, pois anula a capacidade de representação política dos policiais, classificando a manobra como “ardilosa”, feita na “calada da noite”. O Sindicato dos Policiais Federais de São Paulo também se manifestou contra a proposta, alegando que a medida pode acabar se estendendo para outros grupos, a depender do interesse do Congresso Nacional. (*Correio Braziliense - Política - 17/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/21*)

18- Ex-porta-voz da presidência da República comentou o cenário político do país

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense* intitulada “A indiferença pode gerar o mal”, o general de divisão do Exército e ex-porta-voz da presidência da República, Otávio Santana do Rêgo Barros, dissertou acerca do cenário político do Brasil e das expectativas para o futuro. Segundo o general, uma parte da sociedade equivocadamente passou a considerar as Forças Armadas como apoiadoras do governo, mas ponderou que elas “Não o são e têm provado com posturas serenas e institucionais”. Além disso, destacou que alguns militares se esqueceram do conceito de “existência infinita da Instituição”, porém avaliou que as Forças Armada “permanecem inabaláveis pelo suporte de valores e tradições”. Este fator, segundo Rego Barros, trouxe consequências como a percepção da perda da isenção, atributo essencial às Forças Armadas para atuar nas missões previstas na Constituição. Por fim, o general trouxe a atenção dos leitores para a reflexão, afirmando que a sociedade não pode ficar indiferente. (*Correio Braziliense – Opinião – 15/09/21*)

19- Congressistas americanos buscam dificultar cooperação militar com o Brasil

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, deputados do Partido Democrata norte-americano apresentaram uma emenda ao orçamento de Defesa dos Estados Unidos que visa limitar a cooperação militar entre os países ao bloquear o uso de recursos públicos para beneficiar o Brasil em decorrência de seu status de aliado prioritário extra-Otan. A emenda tem motivação no descontentamento dos congressistas democratas com a política ambiental do presidente Jair Bolsonaro, além de o acusarem de violar os direitos humanos dos povos indígenas. Nesse âmbito, os deputados democratas ainda propuseram uma segunda emenda, cujo objetivo é proibir a assistência em “deslocamento involuntário, incluindo com coação ou uso da força, de comunidades indígenas ou quilombolas no Brasil”. A emenda será votada na Câmara dos Representantes antes de seguir para o Senado. (*Folha de S. Paulo - Mundo - 17/09/21*)

20- Segundo relatório, exportações de armas cresceram durante governo Bolsonaro

A consultoria britânica Omega Research Foundation publicou uma pesquisa sobre a produção e comercialização, no Brasil, de armas de fogo, munições e outros equipamentos de segurança, como irritantes químicos e armas de eletrochoque. De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, a pesquisa do grupo Omega indica um crescimento de 30% nas exportações de armas – de US\$ 915 milhões em 2018 para US\$ 1,3 bilhão em 2019 – no primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, a pesquisa informa que em 2019 houve um aumento de 16% no número de empresas credenciadas para a comercialização de armas e um aumento de 21,8% no número de empresas sob o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa. O documento aponta que sucessivos governos brasileiros vêm apoiando financeiramente o setor bélico, por meio de flexibilizações de regras, concessões e empréstimos a juros baixos, mas também indica o “aparente endosso do Executivo do país” como uma razão para tal crescimento. O jornal informou que a pesquisa será encaminhada a entidades de defesa dos direitos humanos e órgãos governamentais, como o Ministério Público. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 17/09/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)
Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi
Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)
Débora Cruz Silva
Giovani Nunes de Aguiar
Giovanna Palas Soares Santos
Grazielly Dourado Santos
Leonardo Pontes Vinhó
Lucas Rizzati Iquegami (bolsista CNPq)
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima